

ESPAÇO URBANO LATINO-AMERICANO
Ensaio sobre história e política territorial

CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker (in memoriam)

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

Fania Fridman (org.)

ESPAÇO URBANO LATINO-AMERICANO
Ensaio sobre história e política territorial

G a r a m o n d

Copyright © 2017, dos autores
Direitos cedidos para esta edição à
Editora Garamond Ltda.
Rua Cândido de Oliveira, 43 – Rio Comprido
Cep: 20.261.115 – Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21) 2504-9211
E-mail: editora@garamond.com.br

Revisão

Alberto Almeida

Editoração Eletrônica

Estúdio Garamond / Luiz Oliveira

Capa

Estúdio Garamond / Luiz Oliveira

Sobre *Plano Scenographico de la ciudad de San Miguel de Piura*.
Angel Enríquez. Ano 1765. Biblioteca Nacional, Santiago de
Chile.

Esta edição contou com o apoio da Fundação Carlos Chagas
de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro - Faperj

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
DO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

E73

Espaço urbano latino-americano: ensaios sobre história e política territorial /
organização Fania Fridman . -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Garamond, 2017.

132 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 9788576174479

1. Geografia política. 2. Urbanização. 3. Planejamento urbano. I. Fridman, Fania.

17-40794

CDD: 711.40981

CDU: 711.4(81)

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta
publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui
violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

<i>Apresentação</i>	7
<i>Fania Fridman</i>	
Considerações sobre uma experiência negligenciada: a fundação de vilas no tempo das capitánias hereditárias (1534-1549)	11
<i>Laurent Vidal</i>	
Vilas do Brasil no século XVIII: Plano escrito ou Plano desenhado?	37
<i>Maria Helena Flexor</i>	
A Lisboa de Pombal como pretexto	63
<i>Carlos Sambricio</i>	
Sociedades operárias, identidade e a percepção do trabalho: Algumas questões em torno do associativismo dos trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX	89
<i>Claudio H. M. Batalha</i>	
Questões conceituais para entender a des-territorialização no espaço urbano e o exemplo dos muros	107
<i>Rogério Haesbaert</i>	
<i>Sobre os autores</i>	131

Apresentação

As vilas e cidades fundadas neste continente desde o século XVI foram expressão e símbolo da conquista ibérica e da invenção das nações depois da independência durante o século XIX. Partindo deste pressuposto, o IV Encontro Internacional Cidades Latino-americanas do século XVI ao XIX foi organizado pelo Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (Ippur/Ufrj) em dois dias de agosto de 2015, na Fundação Casa de Rui Barbosa.¹ Tal como ocorreu nas edições anteriores destes Encontros, e contando com a presença de mais de quarenta especialistas brasileiros e estrangeiros, foram convidados seis palestrantes para apresentar seus trabalhos com o objetivo de dar início à interlocução entre os pesquisadores. Nesta coletânea estão publicados cinco artigos² que analisam, sob diversos ângulos e cronologias, os legados, as formas assumidas pela dominação nas urbes e suas resistências.

No artigo “Considerações sobre uma experiência negligenciada: a fundação de vilas no tempo das capitanias hereditárias (1534-1549)”, Laurent Vidal enfatiza a importância de um período subestimado pela historiografia brasileira. Sugere três vias metodológicas para salientar o papel dos assentamentos na estruturação da colônia onde os donatários estabeleceram onze vilas em quinze anos. Primeiramente, entender o papel dos assentamentos na teia do Império português quando a política estatal e a iniciativa privada no sistema talassocrático

1 Nosso reconhecimento à Fundação Casa de Rui Barbosa que disponibilizou suas dependências e equipamentos. Para sua realização, este evento recebeu o apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 Por motivo de força maior, e alheio à vontade de Fraya Frehse e da organização do Encontro, não pôde ser incluído seu texto “Das cidades que dificultam a historiografia urbana do Brasil oitocentista”.

comercial exigiam o fortalecimento dos nós, isto é, das vilas. A seguir, investigar o sentido da urbanização social e física da colônia no Brasil interrogando sobre a importância decisiva das vilas ao demarcarem um tempo de definição de um território, da sua administração e de um povo. Finalmente verificar a relação dos núcleos urbanos – que, fixados ao longo da costa e dos rios, permitiam a penetração para o interior – com o ecossistema. Mesmo com suas construções precárias, seu desenho irregular e sem planos definidos a não ser os desígnios metropolitanos de *fazer cidades* por partes e em determinados sítios, Vidal sugere a recuperação de técnicas de deciframento de ruínas e de dados de seus onze mil povoadores antes de vir a ser questionado o dinamismo das vilas.

O texto “Vilas do século XVIII: plano escrito ou plano desenhado?” de Maria Helena Flexor enfoca, com destaque para a capitania da Bahia, o projeto pombalino de colonização e urbanização através de um programa de reformas administrativa, judiciária, urbanística, econômica, social e política implantado nas terras brasileiras. Cumprindo o princípio do *uti possidetis* firmado no Tratado de Madrid, o ministro incentivou o povoamento e a criação de vilas para garantir a apropriação do território. Além de governadores e capitães gerais, foram nomeados ouvidores cujos encargos incluíam também fundar povoações. Ainda na intenção de consolidar a posse, afora o projeto de imigração de casais açorianos e minhotos, normas legais nem sempre respeitadas *libertaram* os indígenas aldeados, tornando-os vassalos. Neste processo, os aldeamentos, quando não invadidos por intrusos, foram transformados em vilas. Da mesma forma, as novas povoações que foram erigidas possuíam traçado ortogonal de ruas e residências unifamiliares com fachadas iguais. Flexor destaca também os atos que precediam a criação das vilas – os cerimoniais praticados e os planos com seus modelos arquiteturais impostos.

O trabalho “A Lisboa de Pombal como pretexto” de Carlos Sambri- cio dedica-se aos exemplos de Lima, Lisboa, Santiago de los Caballeros de Guatemala e San Sebastián, cidades ibéricas destruídas entre 1746 e 1813 por catástrofes naturais (terremotos, maremotos ou incêndios) ou pelas consequências da guerra napoleônica. Para Sambri-

o estudo destes acontecimentos permite entender que, para além das reformas pontuais, o saber urbanístico foi capaz de propor respostas radicais ao transformar os antigos núcleos em novas urbes. Os quatro desastres que ocorreram no período de sessenta anos coincidiram cronologicamente com o Iluminismo, quando foram confrontados distintos critérios fixados para a reedificação das quatro cidades. Desta maneira, o “urbanismo da razão”, longe de prescrever uma única solução, avançou não apenas no aspecto formal e introduziu, como novidade, a mudança na escala de intervenção, antecedendo assim em alguns anos o urbanismo napoleônico.

Em contraposição às análises que evidenciam uma sociedade civil desestruturada, o estudo “Sociedades operárias, identidade e a percepção do trabalho: algumas questões em torno do associativismo dos trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX” de Claudio Batalha aponta para a grande propensão ao associativismo, nas suas mais diversas expressões, entre meados do século XIX e as primeiras décadas da República. Batalha retoma o percurso de vigorosas pesquisas admitindo a existência de sociedades de auxílio mútuo a partir de 1830 em Recife, Salvador e Rio de Janeiro como parte integrante da história operária. Assegurando as funções desempenhadas pelas corporações de ofícios, as associações mutualistas constituíam-se no único modo legal de organização de categorias profissionais, de controle do aprendizado e das demandas em torno do salário e da jornada de trabalho. No entanto, a possibilidade de integrar uma associação não era aberta a todos, sendo vedada a presença de escravos assim como de empregados livres que não podiam arcar com o custo das mensalidades. A despeito destas limitações, tais sociedades foram essenciais para a construção de um discurso de valorização do trabalho manual e de uma identidade coletiva que moldaram a ação política dos artífices de diversos ofícios na cidade.

O ensaio de caráter epistemológico, como evoca o título, “Questões conceituais para entender a des-territorialização no espaço urbano” de Rogério Haesbaert fecha esta coletânea. Em uma leitura partindo de Gilles Deleuze e Michel Foucault, Haesbaert problematiza o conceito de território através de uma abordagem relacional, historicamente

contextualizada, do binômio espaço-poder. Em primeiro lugar, o território é situado dentro de uma constelação de conceitos, considerando as grandes problemáticas que envolvem as diferentes dimensões do espaço geográfico. A seguir, estão assinalados processos de des-territorialização a partir da manifestação de distintas modalidades de poder, em especial o poder soberano, o poder disciplinar e o biopoder. O artigo admite a possibilidade de tratar o espaço disciplinar e o espaço da circulação (agregado ao biopoder) também como expressões de dinâmicas de des-territorialização. Se na contemporaneidade vivemos num espaço urbano cada vez mais marcado pelos fluxos e redes, à concepção de meio (enquanto espaço da circulação) pode-se agregar as múltiplas territorialidades aí envolvidas, especialmente a do seu aparente contraponto, o *muro*, cujo papel histórico parece ter passado da reclusão à contenção territorial.

Ao mesmo tempo em que fica evidenciada a riqueza das contribuições dos autores em um painel de diversos objetos e abordagens, esta coletânea revela a existência de um vasto campo de investigações sobre a história urbana latino-americana.

Boa leitura!

Fania Fridman

Considerações sobre uma experiência negligenciada: a fundação de vilas no tempo das capitâneas hereditárias (1534-1549)

Laurent Vidal¹

O curto tempo das capitâneas hereditárias no Brasil (1534-1549)² padeceu, durante muitos anos, de um olhar historiográfico duvidoso acerca de sua eficácia, tanto para o controle do território, quanto para a definição de um verdadeiro projeto colonial. Na grande obra dedicada aos primórdios da colonização portuguesa do Brasil, publicada na ocasião do primeiro centenário da independência do Brasil, o historiador português Carlos Malheiro Dias, apesar de descrever uma “idade heroica da colonização”, reconhece que esse momento “constituiu um período preparatório (...) para a eficácia do governo centralizador da Bahia”.³ Foi simplesmente a partir dos anos 1990, em torno das comemorações dos descobrimentos portugueses, que os historiadores começaram a reabilitar o papel deste momento na invenção do Brasil.⁴ Esse modelo, chamado de “exclusividade particular”, sucedeu

1 O autor agradece, por suas sugestões e leituras, os professores José Borzachiello (UFC), Maria Isabel de Jesus Chrysostomo (UFV), Rubenilson Brazão Teixeira (UFRN) e Samira Peruchi Moretto (UFSC).

2 Segundo a historiografia tradicional, o tempo das capitâneas hereditárias não passou de 15 anos. No entanto, o fim dos privilégios dos donatários não foi automático, e foi marcado pela compra gradativa das capitâneas particulares pela Coroa. A primeira capitania adquirida foi a da Bahia, no momento de instalação do governo-geral, em 1548. Depois, seguiu-se a incorporação das capitâneas do Rio de Janeiro (1567), Paraíba (1585), Rio Grande (1598), Ceará (1611), Pernambuco (1640), Santos e São Vicente (1709), Rio Grande do São Pedro (1760) (Ver a esse respeito: Graça Salgado (coord.), *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p.415-433). Para os fins de nossa demonstração, ficaremos com o tempo curto de 1534-1549.

3 Carlos Malheiro Dias (dir.) *História da colonização portuguesa do Brasil, Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1921-1924, 3 vol. (vol. III, p. 255-256).

4 Para uma análise da historiografia sobre a « exclusividade particular », ver nosso artigo: Mickaël Augeron e Laurent Vidal, “Creating Colonial Brazil: The First Donatary Captaincies, or the System of

ao breve momento da “exclusividade real” (1530-1533), que correspondia à decisão de dom João III de confiar a um “governador da terra do Brasil”, Martim Afonso de Sousa, a missão de reconhecer sistematicamente o litoral entre o rio Amazonas e o rio da Prata, implantar *padrões* para delimitar o território português, efetuar experiências agrônômicas, buscar ouro e prata, e fundar núcleos de povoamento. A vila de São Vicente, fundada em 1532, é assim o único testemunho desta efêmera política de “exclusividade real”.

No ano seguinte, a monarquia portuguesa decide recorrer ao modelo da “exclusividade particular”, um sistema institucional já experimentado nas ilhas atlânticas (Madeira, Açores, Cabo Verde, e mesmo Fernando de Noronha). O objetivo era confiar à iniciativa privada, a valorização econômica e social desta colônia tão cobiçada, previamente subdividida em lotes. A partição do Brasil foi assim realizada entre o 10 de março de 1534 (doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho) e o 28 de janeiro de 1536 (doação da capitania de São Tomé a Pero de Góis): 15 capitanias foram delimitadas e atribuídas a 12 donatários. “Pela *carta de doação*, fazia el-rei mercê da capitania de determinada porção de território (...). Posteriormente era dado à capitania um *foral*, no qual se fixavam (...) ‘direitos, foros, tributos e coisas’ que na respectiva terra se haviam de pagar ao rei e ao capitão donatário.”⁵ O donatário podia “fazer todos os proveitos e benfeitorias que entendesse, bem como aforar ou doar terras”,⁶ mas em contrapartida tinha que proceder à ocupação e povoamento dos territórios.

Assim, nestes 15 anos, que separam a primeira carta de doação do abandono do modelo com a instalação do Governo Geral do Brasil (1549), foram fundados 9 povoados e 11 vilas, e instaladas mais de 11.000 pessoas.

Special Exclusivity (1534-1549)”, in: Bertrand Van Ruymbeke et Louis H. Roper (State University, New York, éd.), *Constructing Early Modern Empires : Proprietary Ventures in the Atlantic World, 1500-1750*, Leyden, Brill, 2007, pp. 20-53.

5 Carlos Malheiro Dias (dir.) *História da colonização portuguesa do Brasil*, op.cit., vol. III, p.174.

6 Francisco Bethencourt, “As Capitanias”, in Francisco Bethencourt et Kirti Chaudhuri (dir.), *História da expansão portuguesa*, vol. I : *A Formação do Império (1415-1570)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 345.

**Capitanias, primeiros donatários,
e datas das cartas de doação e forais**

Lotes	Donatário	Doação	Forais
Pará (2° quinhão)	João de Barros e Aires da Cunha	08/03/1535	11/03/1535
Maranhão	Fernão Álvares de Andrade	?	?
Ceará	Antônio Cardoso de Barros	19/11/1535	20/11/1535
Rio Grande (1° quinhão)	João de Barros e Aires da Cunha	08/03/1535	11/03/1535
Itamaracá (3° quinhão)	Pero Lopes de Sousa	01/09/1534	06/10/1534
Pernambuco	Duarte Coelho	10/03/1534	24/09/1534
Bahia	Francisco Pereira Coutinho	05/04/1534	26/08/1534
Ilhéus	Jorge Figueiredo Correia	26/07/1534	01/04/1535
Porto Seguro	Pero do Campo Tourinho	27/05/1534	26/09/1534
Espírito Santo	Vasco Fernandes Coutinho	01/06/1534	07/10/1534
São Tomé	Pero de Góis	28/01/1536	29/02/1536
Rio de Janeiro (2° quinhão)	Martim Afonso de Sousa	06/10/1534	06/10/1534
Santo Amaro (1° quinhão)	Pero Lopes de Sousa	01/09/1534	06/10/1534
São Vicente (1° quinhão)	Martim Afonso de Sousa	06/10/1534	06/10/1534
Santana (2° quinhão)	Pero Lopes de Sousa	01/09/1534	06/10/1534

Fontes: Jorge Couto, *A construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 220 ; Carlos Malheiro Dias (dir.) *História da colonização portuguesa do Brasil*, op.cit. vol.III, p. 174.

Se este canteiro de obras historiográfico deu ótimos resultados, é necessário reconhecer que o papel da fundação de povoados e vilas não foi suficientemente levado em conta, mesmo quando se mergulha na historiografia do Brasil urbano. Um exemplo revelador dessa negligência aparece na obra clássica de Nestor Goulart Reis Filho, *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil*. O autor reconhece que “às vésperas da instalação do Governo Geral em 1548, haviam sido fundadas no litoral brasileiro cerca de 16 vilas e povoados, que já exportavam mercadorias para a Metrópole”.⁷ Reis Filho descreve esse momento como uma primeira etapa de urbanização, cujo “ponto de maior intensidade estaria compreendido entre 1530 e 1540”.⁸ No entanto, essas fundações ficam fora de suas análises.

7 Nestor Goulart Reis Filho, *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968, p.31

8 *Idem*, p.79

Em 2008, num estudo muito instigante sobre o papel dos “caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo” Beatriz Bueno reconhece que o projeto de “viabilizar a colonização (...) não se concretizou de maneira esperada. As adversidades impediram o desenvolvimento das propostas iniciais. (...) O fracasso gerou a necessidade de constituição de um governo metropolitano na Colônia”.⁹ Afinal, sua análise começa de fato a partir de 1549. Mais decepcionante ainda, é a tese de doutoramento, defendida em 2009 na Universidade Federal de Pernambuco sobre *A transferência da cidade portuguesa para o Brasil – 1532-1640*.¹⁰ O autor consagra simplesmente 3 páginas (p. 227-229) ao período 1532-1549, reduzindo as vilas a simples desenhos urbanísticos. Finalmente, num trabalho de síntese publicado em 2012, Antonio Risério consagra mais páginas a estas primeiras vilas. No entanto, mesmo assim, esse autor reconhece que “a cidade colonial ibérica demorou a se implantar e a vingar no Brasil. Portugal esperou meio século para tomar a iniciativa de erguer a cidade de Salvador. [...] a partir daí, a coroa portuguesa decidiu implantar de fato, no Novo Mundo, um projeto seu de cidade”.¹¹ Um dos raros estudiosos dessa história urbana a assinalar a singularidade destas vilas é o arquiteto José Pessoa que considera que as “vilas fundadas pelos donatários foram, na realidade, produtos de uma extrema racionalidade, isto é, eram a construção de um quadro familiar dentro dos recursos e das condições oferecidas pelo sítio escolhido. Implantadas via de regra em elevações que permitiam controlar visualmente o território desconhecido, se constituíram num modelo muitas vezes interpretado, erroneamente, como fruto de permanência de uma tradição medieval portuguesa na construção de cidades, o que indicaria um atraso (...). Aliás, a escolha do sítio no território desconhecido ensejou um processo de experimentalismo onde vilas eram abando-

9 Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, “Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”. *Anais do museu paulista* [online]. 2009, vol.17, n.2, pp.251-294 (<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142009000200013>)

10 André Lemoine Neves, *A transferência da cidade portuguesa para o Brasil – 1532-1640*, Tese de doutoramento, Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2009, 357p.

11 Antônio Risério, *A cidade no Brasil*, São Paulo, Editora 34, 2012, p. 48 e p. 60.

nadas, parcial ou integralmente, e função de outro local considerado mais adequado”.¹²

Esse rápido balanço nos leva a considerar que a reabilitação deste primeiro momento de urbanização do Brasil deve apoiar-se numa definição ampla e abrangente da noção de vila, reintegrando notadamente suas dimensões projetiva e jurídica, sem esquecer de questionar a singularidade deste gesto humano num ambiente natural desconhecido. Três eixos de análise destas vilas serão assim privilegiados: seu lugar na formação do Império português e no Atlântico (privilegiando uma escala ampla); seu significado na história da urbanização social e física do Brasil (reduzindo a escala de observação); e (descendo ao nível do chão), sua articulação com o ecossistema do litoral brasileiro. Para medir a importância deste momento, pretendo testar sondas analíticas, variando as escalas de observação.

1ª sonda: o tempo das capitânicas hereditárias na geopolítica do nascente atlântico português

Uma primeira sonda nos leva a observar e entender o sentido deste momento de fundação de vilas no âmbito da geopolítica atlântica portuguesa. Nesta perspectiva, poderíamos considerar que o tempo das capitânicas hereditárias sucede ao “Tempo das fortalezas, das ilhas e feitorias (1415 – 1530)”,¹³ no qual várias intenções se sobrepõem, prevalecendo heranças de práticas medievais e invenções ditadas por novas necessidades: de um lado, podemos observar, na continuação da política de Reconquista, a instalação de fortalezas no litoral marroquino (a tomada de Ceuta e sua transformação em fortaleza em 1415, constitui o símbolo maior deste empreendimento).¹⁴ Do outro lado, o desejo de consolidar o comércio africano de ouro e de escravos, para alimentar o comércio mediterrâneo e do Oriente, justifica a instalação

12 José Pessoa, “As cidades e a construção do território brasileiro”, in José Pessoa, dir., *Atlas de centros históricos do Brasil*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2007, p.19

13 Laurent Vidal, “Expansión portuguesa y urbanización atlántica (Siglos XV-XIX)”, in: *Actas del XIX Coloquio de Historia Canario Americana*, Las Palmas, Casa de Colón, 2012, pp. 1252-1269.

14 Ver Jorge Correia, *L'implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord. De la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XVI^e siècle*, Porto, FAUP Publicações, 2008.

de feitorias e fortalezas mais ao sul do litoral africano (das feitorias de Arguim, em 1445, e de Cacheu, em 1479, ao castelo de São João da Mina, em 1482). A exploração do açúcar (nas ilhas de Madeira, do Cabo Verde e de São Tomé), e do pau brasil (na Terra de Santa Cruz, com as feitorias de Cabo Frio e Guanabara em 1504, de Igarauçu em 1516...), constituem outros motivos.

Neste longo século XV e início do século XVI, assistimos assim à transformação do Atlântico em grande terreno de experimentação por parte de Portugal. Num primeiro tempo, essas práticas atlânticas dos portugueses se inserem na continuação de uma economia mediterrânea cujo intuito era fornecer produtos e homens, livres ou escravos, para abastecer os circuitos da economia mediterrânea com ouro e demais produtos. A partir dos anos 1520, no entanto, uma nova lógica aparece, ainda frágil – a do Atlântico. Desta vez, é o próprio Oceano Atlântico que fornece o produto que vai alimentar novos circuitos do comércio internacional – o açúcar. Nas ilhas onde é cultivado, a mão de obra é predominantemente escrava e negra (em Cabo Verde e sobretudo São Tomé, que é deste ponto de vista um verdadeiro “laboratório tropical”),¹⁵ e esses escravos não são mais comprados com ouro, mas com búzios desta vez. O historiador Antônio de Almeida Mendes sugere essa divisão espacial das práticas comerciais dos portugueses no Atlântico – uma lógica mediterrânea pode ser encontrada na dinâmica do espaço econômico que se estende de Ceuta a Bojador (incluindo Madeira), e uma lógica atlântica marca o modelo econômico que se impõe entre São João da Mina e São Tomé. O espaço intermediário (entre Arguim e as ilhas do Cabo Verde) sendo marcado por uma lógica mista.¹⁶

15 Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Cia. das Letras, 2000, p.63-70. Sobre o caso de São Tomé como laboratório do Atlântico sul, ver igualmente Isabel Henriques, *São Tomé e Príncipe, a invenção de uma sociedade*, Lisboa, Veja, 2000 ; Robert Garfield, *A history of São Tomé Island, 1470-1655. The key to Guinea*, San Francisco, Mellen University Press, 1971.

16 Antônio de Almeida Mendes, “Le premier Atlantique portugais entre deux Méditerranées (XV^e-XVI^e siècles). Comment les Africains ont développé le Vieux Monde”, In: Fabienne Guillén et Salah Trabelsi (ed.), *Esclavages en Méditerranée et en Europe continentale. Espaces de traite et dynamiques économiques (Moyen Âge et Temps Modernes)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2012.